

Dia Internacional Contra a LGBTfobia: subnotificação e pandemia levam Brasil a registrar menos mortes de pessoas LGBTQ+ em 2020

(O Globo - Celina| 17/05/2021 | Por Redação)

A [pandemia de Covid-19](#) e a alta subnotificação levaram o Brasil a registrar menos mortes de [pessoas LGBTQ+](#) em 2020. Ao longo do ano passado, ao menos 237 pessoas perderam a vida para a violência LGBTfóbica no país. O total verificado representa uma queda de 28% em relação a 2019. Os dados são do relatório “Observatório das Mortes Violentas de LGBTQ+ No Brasil - 2020”, realizado pelo Grupo Gay da Bahia e pela Acontece Arte e Política LGBTQ+, de Florianópolis.

As entidades ressaltam que, apesar da queda, “não há motivos factíveis para comemorar”. Os pesquisadores consideram que a redução não foi motivada pela implementação de políticas públicas de inclusão e proteção da população LGBTQ+, mas sim por uma oscilação numérica “imponderável” e “enorme subnotificação” identificada durante as buscas — uma vez que o levantamento é feito com base em mortes noticiadas pela imprensa e movimentos sociais e não há dados oficiais — , e pelo desmonte nas campanhas de incentivo à denúncia a partir de 2018. Além disso, o relatório aponta para os efeitos da pandemia de Covid-19, que intensificou o isolamento de muitas pessoas LGBTQ+, tendo em vista que dada população já era impactada pela falta de sociabilidades, referências e espaços.

Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) [ter equiparado o crime de LGBTfobia](#) ao crime de racismo em 2019, a tipificação ainda não foi adotada de forma abrangente pelos órgãos de segurança pública do país e ainda não há divulgação consistente de dados oficiais. Neste contexto, os bancos de

dados e relatórios lançados sobre a violência LGBTfóbica no Brasil são feitos há anos por movimentos sociais e coletivos, como o Grupo Gay da Bahia e a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) , que identificam as mortes por meio de notícias publicadas na imprensa e coletas realizadas cotidianamente na rede de ativistas e colaboradores do movimento LGBTI+ .

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Entre LGBTs, pessoas trans, negros e indígenas estão mais vulneráveis aos impactos da pandemia

Pesquisadores da UFMG e Unicamp criaram o 'Índice Vulnerabilidade LGBT+' em relação à covid-19; 54% diz precisar de apoio psicológico neste momento

[\(HuffPost | 23/07/2020 | Andréa Martinelli\)](#)

A pesquisa, que explora os desafios dessa comunidade diante do contexto da pandemia do novo coronavírus, foi realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio, por meio de formulário online, e recebeu mais de 10 mil respostas das cinco regiões do País. O resultado aponta para o diagnóstico de que pessoas LGBT vivem uma situação de grave vulnerabilidade no atual momento.

Para chegar ao resultado, pesquisadores criaram o Índice Vulnerabilidade LGBT+ em relação à covid-19 (VLC), um medidor inédito aplicado para a população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. O índice, que vai de 0 a 1, mede a vulnerabilidade desta população levando em conta renda e trabalho, saúde e exposição ao risco de contaminação. Quanto mais próximo a 1, maior a vulnerabilidade do grupo analisado ao novo coronavírus.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Organização TamoJuntas lança edital para publicação da sua primeira Revista Eletrônica

O periódico com publicação semestral terá a ‘Cultura do Estupro’ como tema e contemplará exclusivamente escritas de mulheres cis e trans.

A organização TamoJuntas torna pública as inscrições para submissão de textos no edital 01/2020, referente ao lançamento da primeira edição da revista eletrônica “Revista TamoJuntas”, com tema “A Cultura do Estupro: violência sexual contra mulheres e meninas e contra população LGBTQIA+”

Esta iniciativa contempla apenas mulheres cis e trans na escrita das suas experiências e/ou pesquisas ou divulgação das suas produções artísticas que educam, denunciam e expressam as inquietações sobre a temática abordada.

Nesta primeira edição, os trabalhos devem se enquadrar de acordo com os gêneros textuais indicados no edital nº01/2020, e enviados até o dia 31 deste mês, data de encerramento da seleção. As inscrições são gratuitas

Sobre a escolha do tema

A escolha do tema foi devido ao crime que aconteceu no Brasil em maio de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, quando uma adolescente foi estuprada por 33 homens e teve sua violação publicada nas redes sociais. A vítima em questão sofreu julgamento social, além de violência institucional do delegado que acompanhava o caso e questionou a existência do crime, na tentativa de culpabilizar a adolescente. Com grande repercussão nos movimentos sociais, o delegado foi afastado do caso para garantir o acolhimento e a proteção da

adolescente. Com esse caso, a TamoJuntas tornou-se conhecida nacionalmente como coletivo feminista de advogadas que faz o acolhimento de mulheres em situação de violência e, assim, expandiu sua atuação para todas as regiões do Brasil.

Sobre a publicação

A revista eletrônica TamoJuntas é um periódico semestral que visa a publicação de artigos, relatos de experiência, resenhas, crônicas, cordel, poesias e entrevistas de autoras brasileiras e estrangeiras; aceitando produções acadêmicas e/ou livres, visando ampliar a participação de mulheres na composição do material.

Para submissão, as autoras precisam enviar o trabalho e a ficha de inscrição devidamente preenchida, no e-mail revistaeletronica@tamojuntas.org.br.

Mais informações acessar:
<https://tamojuntas.org.br/tamojuntas-lanca-edital-para-1a-edicao-de-revista/>

Pessoas trans e LGBTQ+ negras e indígenas estão mais expostas ao impacto da covid-19, aponta pesquisa

Diagnóstico do coletivo Vote LGBTQ+ leva em consideração trabalho e renda, saúde e exposição ao vírus dessa população para criar um índice de vulnerabilidade; 98,7% das pessoas LGBTQ+s entrevistadas avaliam como ruim ou péssimo o governo Bolsonaro

[\(Gênero e Número | 29/06/2020 | Por Vitória Régia da Silva\)](#)

[...] Pessoas LGBTQ+s negras estão em uma situação de vulnerabilidade grave durante a pandemia causada pela covid-19, revela a pesquisa diagnóstico [LGBT+ na pandemia](#) do coletivo Vote LGBTQ+, que trata dos desafios dessa comunidade no contexto de isolamento social. Realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio, por meio de formulário online, a pesquisa recebeu mais de 9.000 respostas das cinco regiões do país.

Divulgado neste domingo, 28/6, data marcada pelo Dia do Orgulho LGBTQ+, o estudo aponta um índice inédito de vulnerabilidade LGBTQ+ em relação à covid-19 e revela que pessoas transgênero são as mais vulneráveis aos impactos do isolamento social, seguidas pelas pessoas pretas, pardas e indígenas. Os bissexuais aparecem em terceiro. Todos esses grupos estão na faixa de vulnerabilidade considerada grave.

[**Acesse a reportagem completa no site de origem.**](#)

Apresentada no Congresso, Constituição do Orgulho dá luz às leis existentes que deveriam proteger a comunidade LGBTQI+

Projeto lançado pela Comissão de Diversidade da OAB SP leva cores da bandeira LGBTQI+ à Constituição Brasileira para dar visibilidade aos direitos violados em crimes de LGBTQfobia

(Comissão da Diversidade de Gênero da OAB-SP | 28/06/2020)

Com mais de 20 milhões de pessoas, o Brasil tem uma das maiores

populações LGBTQI+ do mundo - quase 10% da população total. Porém, somos o país com pior índice de violência contra esse público, registrando a morte de uma pessoa a cada 19 horas. Mesmo com a aprovação do Supremo Tribunal Federal do projeto de Lei que classifica a homofobia como crime, em 13 de junho de 2019, de lá para cá, o cenário não apresentou nenhuma melhora. Segundo pesquisa do jornal Folha de S. Paulo, 92,5% da população LGBTQI+ indica que a violência aumentou.

Visando reforçar o compromisso do poder público em proteger seus cidadãos e a soberania da Constituição Brasileira, a Comissão de Diversidade da OAB SP (Ordem dos Advogados do Brasil) apresenta a Constituição do Orgulho. Criado pela agência Sunset DDB, o projeto usa o design e as cores da bandeira LGBTQI+ para destacar que a Constituição já possui diversos direitos que deveriam protegê-los, mas que são desconhecidos - e principalmente violados - por boa parte da população e do poder público.

A iniciativa convidou advogados da Comissão da Diversidade da OAB SP para encontrar e ressaltar tais direitos com as cores da bandeira LGBTQI+, cada uma indicando um tipo diferente de crime - agressão, injúria e difamação, violência psicológica, violência institucional, violência sexual e homicídio. O resultado deu origem à uma edição especial da Constituição, colorida e com design exclusivo, que inspirou o novo projeto de lei do Deputado Federal David Miranda (PSOL), que será apresentado em Brasília na próxima quinta-feira, 2 de julho, solicitando que 30% dos livros das cópias da Constituição Brasileira sejam impressas com essas cores.

Em tiragem limitada, cópias físicas foram produzidas e distribuídas para influenciadores, militantes da causa e ícones de destaque na luta contra a LGBTQfobia. Ampliando o acesso à população em geral, o projeto também foi 100% disponibilizado online para *download*, com ferramentas e recortes que facilitam o compartilhamento de trechos e artigos específicos pelas redes sociais.

“É fundamental garantir os direitos dos cidadãos sem distinção, assim como assegurar que sejam cumpridos. Por isso, o objetivo desta ação é não apenas colocar luz à importante questão social, como também levar conhecimento sobre os direitos e deveres assegurados pela Constituição brasileira”,

pondera Marina Ganzarolli, presidente da Comissão da Diversidade da OAB SP.

“A Constituição do Orgulho está colorindo direitos que já estão previstos há muito tempo na legislação, mas que são invisíveis para muita gente. Mais do que criar leis que defendam a comunidade LGBTQI+, é necessário que a Constituição existente seja conhecida e honrada para esse público, assim como para qualquer brasileiro. Essa edição especial da Constituição quer dar visibilidade a esses direitos fundamentais”, destaca Filipe Rosado, redator da Sunset DDB.

Para ter acesso à Constituição do Orgulho basta acessar o site constituicaodoorgulho.com.br e acompanhar o conteúdo. Por lá, é possível baixar a constituição, navegar pelos diferentes crimes sofridos pela comunidade LGBTQI+ - indicados pelas cores da bandeira - e compartilhar via redes sociais alguns dos principais tópicos e trechos da legislação, dando mais voz e conhecimento à causa.

Fiocruz lança aplicativo para mapear áreas mais arriscadas para comunidade LGBTI

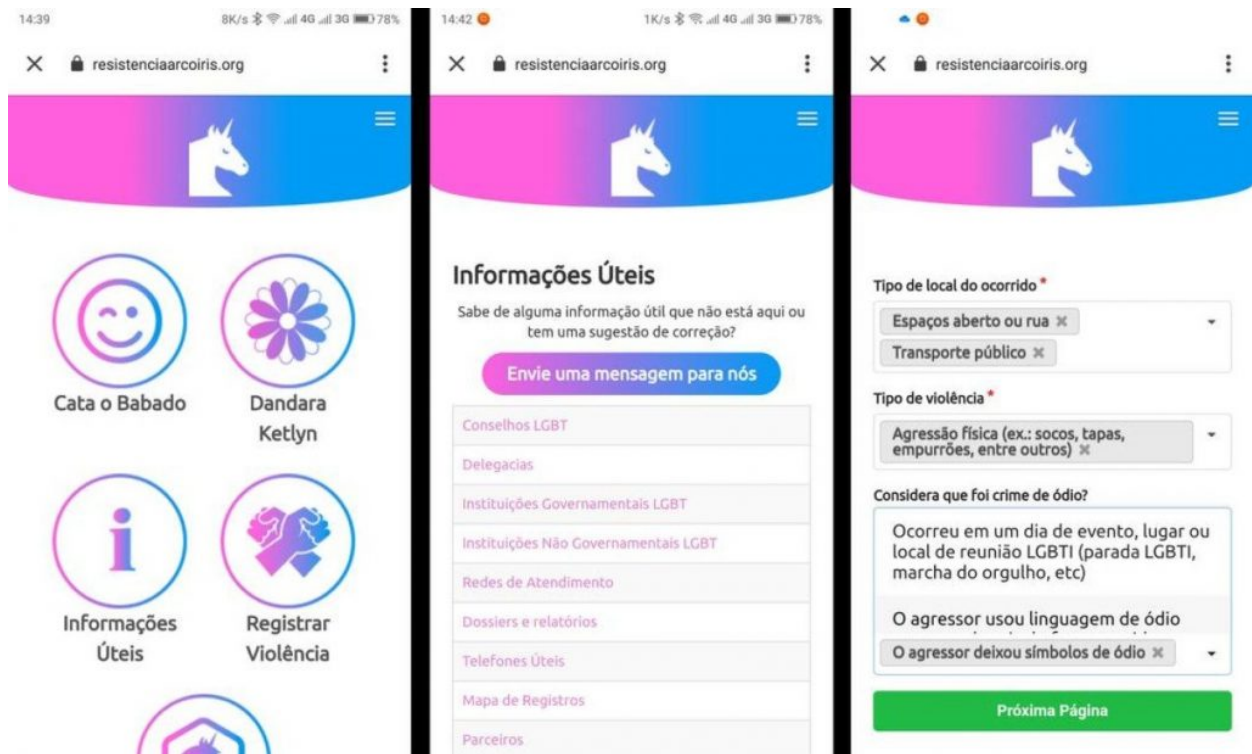
App de celular Dandarah compila registros de agressão; botão de pânico avisa contatos sobre situação de risco

[\(O Globo, 06/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

SÃO PAULO — A **Fiocruz** (Fundação Oswaldo Cruz) lançou um **aplicativo de celular** para mapear áreas de **risco** para a comunidade **LGBTI** (gays, lésbicas, bissexuais e **transexuais**) e monitorar **casos** de **agressão** .

O aplicativo, que já está disponível em versão preliminar para celulares Android, foi batizado de Dandarah, em homenagem à travesti Dandara Ketlyn, assassinada em 2017 no Ceará.

— Vamos geolocalizar locais seguros para essas pessoas, e o cadastro desses ambientes será feito pelos próprios usuários — explica a pesquisadora Angélica Baptista, uma das criadoras do programa.



Dandarah foi projetado em parceria com a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), que já realiza um trabalho de mapeamento de casos de assassinatos como crimes de ódio a essa comunidade em todos os estados do Brasil.

Os dados do aplicativo, porém, vão abranger casos de agressão de todos os tipos, em todas as categorias da comunidade LGBTI. Também deu suporte ao projeto a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos).

Segundo Angélica, o aplicativo teve suas funcionalidades desenhadas com base em entrevistas com integrantes da comunidade LGBTI e em pesquisas sobre o perfil dos casos de agressão.

Após baixar o app e criar um perfil de login, o usuário poderá consultar o mapa do Dandarah. Uma ferramenta permitirá ao próprio usuário cadastrar uma localidade como segura ou arriscadas.

— Um outro recurso do app é um botão de pânico, que envia uma mensagem de emergência a cinco contatos escolhidos pelo usuário ao ser acionado — conta Angélica. — Na mensagem que vai para essa pessoa de confiança, estão telefones da polícia e dos bombeiros, estimulando que ela tome uma atitude.

Saúde digital

O aplicativo foi desenvolvido dentro do Resistência Arco-Íris, um projeto de pesquisa criado para cuidar da “saúde digital” da comunidade LGBTI. Segundo Angélica, o programa nasceu em parte da necessidade de entender a dinâmica da violência contra esse grupo no Brasil. Na ausência de medidas, como a tipificação do crime de homofobia ou transfobia, ataques a gays, lésbicas e transexuais, é difícil mapeá-los com uso de boletins de ocorrência.

A ideia da pesquisadora, à medida que o app entre em funcionamento e cresça sua base de usuários, é criar interfaces com dispositivos de IoT (internet das coisas) para ampliar sua funcionalidade. O botão de pânico, por exemplo, poderia funcionar por meio de um chaveiro ou um anel bluetooth, tornando mais discreto seu acionamento.

— Trazemos neste projeto a participação de pesquisadoras oriundas dos movimentos sociais, e que aplicaram testes do aplicativo em algumas cidades brasileiras — conta Bruna Benevides, secretária de articulação política da Antra e coautora do aplicativo. As cidades que passaram por testes com 130 pessoas foram Aracaju (SE), Uberlândia (MG), Brasília (DF), Belém (PA), Niterói (RJ), Salvador (BA), Francisco Morato (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

O lançamento da versão definitiva do aplicativo está marcado para dia 18, quando o programa deve ter também uma versão para iPhone/iPad.

Por Rafael Garcia

Brasil é país que mais mata pessoas trans

País lidera o ranking internacional de mortes por transfobia; mulheres trans e travestis representam cerca de 60% das vítimas

[\(Destak, 02/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) apontou que o Brasil é o país que mais mata por transfobia - aversão ou discriminação contra transexuais, transgêneros ou travestis - no mundo. Dos 314 casos registrados em 74 países entre 1º de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019, 132 ocorreram aqui.

“O Brasil, infelizmente, é o país que mais mata pessoas trans no mundo, com índices muitos mais altos do que os países que o seguem. São mortes violentas, cruéis, que muitas vezes sequer chegam a ser notificadas aos órgãos públicos ou, quando chegam, não observam a verdadeira identidade de gênero das vítimas”, relata a coordenadora do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (Nudversis), Letícia Oliveira Furtado.

Do total de mortes por transfobia, mais de 60% dos casos foram de mulheres trans ou travestis. E, entre as mortes cruéis, estão casos de transfeminicídios.

Criado pela socióloga Berenice Bento, que estuda o assunto há 20 anos, o conceito de transfeminicídio é necessário para diferenciar o crime de um feminicídio, apesar de os dois terem, em sua raiz, o ódio contra o sexo feminino e o desprezo pela condição de ser mulher.

“Nos casos contra as mulheres, a agressão acontece em casa, pelo companheiro ou ex-companheiro, e o caso acaba com o autor preso e

processado. Em contrapartida, as mulheres trans são assassinadas na rua, por desconhecidos, em crimes bárbaros que, em 90% dos casos, não chegam à Justiça”, conta Berenice, professora do departamento de sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

Amparo Legal

Em maio deste ano, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou um projeto que pretende ampliar o alcance da Lei Maria da Penha e garantir proteção às mulheres trans. A pauta agora aguarda votação pelo Plenário.

Por Wesley Oliveira

“Estou abrindo precedentes”, diz mulher trans que ganhou direitos na prisão

Cacau Miler está presa na Penitenciária Industrial de Joinville (SC), uma unidade exclusivamente masculina. Lá, cumpre pena de 12 anos por tráfico de drogas, roubo e furto, segundo a Justiça.

[\(Universa, 08/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Quando chegou, sua identificação era Elvis Moisés Teixeira. Mas, como se identifica como mulher transexual, agora será oficialmente conhecida pelo seu nome feminino, que deverá constar no prontuário, graças a uma decisão judicial. Os funcionários do presídio deverão ser orientados a chamá-la pelo nome social.

Aos 34 anos, também terá direito a produtos de asseio pessoal, como hidratante, tinta de cabelo e lixa de unha, bem como acesso a tratamento

hormonal, caso queira. E Cacau quer.

Em conversa por telefone com Universa, autorizada pela direção do presídio, Cacau falou sobre o simbolismo da sua vitória na justiça.

Expressando-se com facilidade, ela demonstra conhecer seus direitos. Por isso, foi atrás deles ao procurar, em abril passado, a Defensoria Pública, responsável pela ação.

Quase seis meses depois, no último dia 19 de setembro, a 3ª Vara Criminal e de Execuções Penais da cidade determinou o fornecimento dos produtos, a mudança do nome oficialmente e a alternativa do tratamento hormonal.

“Outras pessoas vão atrás do caminho que abri”

“É árduo o caminho que a gente percorre até chegar numa decisão dessas”, diz Cacau, que crê num ambiente mais receptivo a partir de agora na penitenciária, que já tem um espaço de convivência para o público LGBT. Pelas suas contas, ao menos outros cinco detentos do presídio devem buscar as mesmas garantias. “Essas outras pessoas já disseram que vão atrás desse caminho que eu abri. Então, tende a melhorar.”

Cacau conta que está em processo de transformação e deve começar a fazer tratamento para os pelos.

“Para mim, isso é uma vitória e para o grupo LGBT. É uma vitória porque eu estou abrindo precedentes para que outras pessoas tenham os direitos respeitados. Espero que os governantes deem atenção para o público LGBT”, diz Cacau.

Para chegar à decisão que beneficiou Cacau, o juiz João Marcos Buch citou preceitos do Conselho Nacional de Combate à Discriminação sobre direitos a visita íntima, cabelos compridos e nome de acordo com a identidade de gênero.

Também tomou como base a garantia da dignidade da pessoa humana, segundo a Constituição Federal, bem como na aplicação da legislação

internacional de direitos humanos quanto à orientação sexual e identidade de gênero.

Na decisão, o magistrado ainda mencionou a criminalização da homofobia, decidida pelo Supremo Tribunal Federal em junho deste ano, e um decreto do estado de Santa Catarina, de maio, segundo o qual transgêneros e travestis têm o direito de serem chamados pelo nome social no âmbito da administração do estado.

De acordo com Buch, o presídio de Joinville informou à Justiça que já garantia à detenta acesso a produtos usados por mulheres. Para o juiz, no entanto, são condições diferentes. “As necessidades que uma mulher tem são diferentes das necessidades de uma travesti ou uma transgênero.”

Segundo ele, mais pedidos semelhantes ao de Cacau devem surgir de agora em diante por haver uma “demanda reprimida” no sistema prisional causada pela insegurança e por medo de exposição.

Exemplos de respeito às diferenças no sistema carcerário

Também no sul do país, o respeito à identidade de gênero nos presídios serviu de exemplo para a decisão a favor de Cacau que pode ser parâmetro para garantia dos direitos de outros na mesma situação.

No Paraná, as pessoas transgêneros presas podem usar roupas masculinas ou femininas, maquiagem e tintura de cabelo e mantê-los compridos. A Portaria nº 87 do Departamento Penitenciário paranaense, publicada no mês passado, assegura igualmente o tratamento hormonal, visita social e íntima, e atenção integral à saúde.

A iniciativa partiu de um movimento paranaense voltado à promoção dos direitos das pessoas transgêneros, que estima haver 60 travestis e transexuais no sistema carcerário estadual.

O departamento prisional foi procurado, tendo em vista o “alto grau de vulnerabilidade” dessas pessoas nas penitenciárias, segundo Karollyne

Nascimento, coordenadora do Transgrupo Marcela Prado.

Karollyne reforça a intenção do grupo. “Não é passar a mão na cabeça de ninguém, cada um tem um motivo por estar lá.” Segundo ela, o que o público LGBT quer para as pessoas transgêneros que estão nas penitenciárias paranaenses é “fazer com que elas não se sintam ainda mais excluídas da sociedade”.

Na avaliação da juíza Ana Carolina Bartolamei Ramos, que ajudou a elaborar a portaria, agora é importante divulgar os direitos garantidos pela nova norma. “A gente fez essa portaria e agora quer começar o trabalho de descobrir [as detentas transgêneros] porque muitas têm medo de se identificar.”

Por Daniel Leite

Nem confusa, nem promíscua: por que a bissexualidade ainda é apagada?

Dia da Visibilidade Bissexual acende o alerta para a falta de inclusão e estereótipos dentro e fora do movimento LGBTI+

[\(CartaCapital, 23/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Não é “às vezes hétero, às vezes homossexual”. A letra ‘B’ na sigla do movimento LGBTI+ sempre esteve ali, mas, ao falar de inclusão, os relatos dão conta de um apagamento preocupante. Se a bissexualidade consiste em atração por homens e mulheres (cis ou transsexuais), ainda há quem diga que quem se identifica com a letra são, na verdade, pessoas ‘confusas’. Nesta segunda-feira 23, com a comemoração do Dia Visibilidade Bissexual, a ideia é

quebrar justamente este estereótipo: os bissexuais não estão em cima do muro.

É o que defende Ericah Azeviche, assessora parlamentar e militante, ao lembrar que percebeu-se bissexual ao longo do desenvolvimento de sua sexualidade ainda enquanto jovem, mas com pretensões sociais específicas em cima de seus relacionamentos e de seus afetos.

“Por muito tempo, as experiências sociais me fizeram temer quem eu era, principalmente na adolescência. Ser livre era um transtorno por causa de abusos de outras pessoas que me tratavam como indecisa, fria e promíscua”, relata.

Crescendo em uma cidade pequena do interior de São Paulo, Ericah diz que conseguiu encontrar acolhimento em grupos de jovens LGBTQ+, mas que “sátiras, piadas e comentários” a empurravam para as bordas fora e dentro do próprio movimento. “Era cheio de estigmas, como se não soubéssemos amar, ou que temos um afeto confuso e dissimulado”.

Para Ricardo Sales, pesquisador da área de gênero e inclusão pela Universidade de São Paulo (USP), o estigma da ‘confusão’ vem junto à ideia de que a bissexualidade é uma passagem para que a pessoa perceba-se homossexual. “Esse preconceito leva as pessoas a terem uma dificuldade muito grande de se assumir”, comenta Sales.

Os relatos da trajetória de Ericah encontram eco em alguns estudos sobre a invisibilidade bissexual. Ainda são poucos se comparados aos relatórios sobre homofobia.

De acordo com levantamento de 2012 realizado por estudiosos britânicos acerca da bissexualidade, pessoas bissexuais são estigmatizadas por estereótipos negativos que, na maioria das vezes, tocam em relação ao caráter pessoal.

“Promíscuos, espalhadores de doenças, incapazes de serem monogâmicos ou ameaças aos relacionamentos e às famílias” foram alguns dos xingamentos apontados pelos pesquisadores, e que acontecem tanto dentro como fora do movimento LGBTQI+. O estudo também analisou que, de todos os grupos, as

peças bissexuais possuíam as maiores taxas de problemas mentais, incluindo índices de depressão e ansiedade.

Nos Estados Unidos, a Pesquisa Nacional da Violência Sexual e dos Parceiros Íntimos, realizada em 2010, apontou que metade das mulheres bissexuais entrevistadas já tinham passado por estupros ao menos uma vez na vida - cerca de 1,5 milhão, de acordo com os dados da época. Para mulheres lésbicas, a taxa é de 1 a cada 8, e, para heterossexuais, 1 a cada 6. Em relação aos homens bissexuais, os abusos prevalentes estavam relacionados à coerção de algum ato sexual indesejado.

Além disso, tanto para homens e mulheres bissexuais, a taxa de 'stalking' - ou seja, uma investigação invasiva da vida de um terceiro, geralmente pressupondo um envolvimento amoroso - era maior do que nos outros grupos. Os estigmas de 'alguém não confiável' se reafirmam.

Ricardo Sales vê que ainda há uma ausência de narrativas em relação a pessoas bissexuais: a falta de exemplos de personagens e histórias na mídia é um sinal de que é necessário falar sobre o tema. "Ainda não teve nenhum momento para pautar esse assunto de forma natural", analisa o pesquisador.

Para todo esse cenário, Erica não vê um apenas apagamento, mas um "atropelamento" da bissexualidade como possibilidade de amor. "Ao estar com homens, havia o abraço da sociedade. Ao estar com mulheres havia um mistério, um esconderijo.", conta. Para ela, o respeito deve ser imperativo não apenas para relacionamentos com pessoas bissexuais, mas como uma pressuposição de liberdade dos corpos - pauta unitária para o movimento LGBTI+.

"É importante visibilizar a existência da liberdade dos corpos. O amor não deve ser mensurado, balizado ou validado por outra pessoa ou grupos. Amar é liberdade, uma liberdade que atravessa o respeito", analisa.

Por Giovanna Galvani

O que as empresas precisam fazer para garantir a presença e a permanência de pessoas trans em suas equipes

Iniciativas de inclusão no mercado formal ainda são tímidas, mas ganham cada vez mais espaço

[\(O Globo, 10/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A tendência é mundial. Cada vez mais corporações passam a entender a [diversidade como capital](#) , capaz de enriquecer e trazer novas soluções para as empresas, seus serviços e produtos. Mas esse movimento abarca todas as letras dentro da sigla LGBT? Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), não.

A ONU reconhece que a última década trouxe avanços, mas considera as iniciativas de inclusão ainda escassas e incapazes de contemplar toda a população [LGBTI+](#) . A mais vulnerável ainda é a [população trans](#) , que encara uma série de obstáculos para chegar e, depois, para se manter dentro do mercado de trabalho formal.

Não há um dado oficial, mas um levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) estima que apenas 4% das mulheres travestis e transexuais têm empregos formais com fluxo de carreira. Ainda segundo a pesquisa, 90% delas estão na prostituição.

Essas mulheres vivenciam uma [sequência de exclusões](#) ao longo da vida, afirma a advogada e administradora Giowana Cambrone. Na infância e na adolescência, há uma ruptura de laços familiares e afetivos, quando muitas são expulsas de casa. O processo pedagógico dentro da escola também não

as acolhe, elas não conseguem ter formação profissional e acabam tendo a prostituição como algo compulsório, explica.

Giowana presta consultoria sobre diversidade sexual para empresas e, informalmente, tem feito a ponte entre as que estão buscando profissionais transgênero para compor seus times e as pessoas trans que têm interesse em uma vaga no mercado formal.

— Por ser uma [mulher trans](#) e por entender que essa é a população mais vulnerabilizada da sopa de letrinhas do movimento LGBT, eu falo muito dessa realidade. As empresas têm se sensibilizado. Há uma tendência mundial das corporações, entendendo a diversidade como um capital, que enriquece e traz novas soluções. Nesse caminho, elas têm percebido que podem contratar pessoas trans.

Foi através dela que Manuela Menandro ficou sabendo de uma vaga de auxiliar de produção na Bayer, se inscreveu e, aos 27 anos, conseguiu o seu primeiro emprego de carteira assinada. Ela é uma das duas primeiras mulheres trans a serem contratadas para atuar na linha de produção da fábrica da empresa em Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

Até começar na Bayer, Manuela vivia de frilas e bicos como produtora cultural, mas as contas nem sempre fechavam no final do mês. Quando a oportunidade de uma vaga formal surgiu, ela decidiu se candidatar. Mas o fez porque sabia que tinha chance, pois a empresa se anunciava disposta a contratar pessoas transgênero. Ela diz já ter perdido a conta de quantos currículos enviou sem nunca receber resposta.

Há um mês na empresa, ela trabalha em um ambiente quase exclusivamente masculino e conta que temia sofrer, além do machismo, muita transfobia. Porém, se surpreendeu com uma recepção positiva de toda a equipe.

— Nos primeiros dias, fiquei muito nervosa. É um trabalho cansativo, demanda força e rapidez. Achei que ia sofrer muita transfobia, para além do machismo. É um meio extremamente masculino e branco. Mas, por incrível que pareça, estou tendo uma recepção positiva — conta a auxiliar de produção. — A importância para mim é a oportunidade da inclusão. São pessoas que nunca tiveram a oportunidade de lidar com uma pessoa trans,

não conheciam ninguém. Acho que esse contato é muito positivo — completa. — Por ser algo novo, um tema e uma população tão envolvida em tantos tabus, que você tem medo do que falar, do que fazer, como ser chamada ou chamado, qual banheiro usar, a instituição precisa fazer uma sensibilização dos outros colaboradores para evitar que essas pessoas passem por qualquer situação vexatória — afirma Cambrone.

Nesse sentido, antes de receber as novas funcionárias, a empresa fez uma espécie de treinamento com toda a equipe, explica Aline Félix, especialista em Diversidade e Inclusão da Bayer.

— Treinamos os líderes e as equipes para receberem elas. Esse treinamento envolve desde explicar o básico, como o que é identidade de gênero e orientação sexual, explicar quem são essas pessoas. É um processo educativo para que elas sejam incluídas e respeitadas — afirma.

— Eu tenho que garantir que as pessoas tenham a primeira experiência de integração muito positiva. E, depois, tenho que monitorar o que realmente está acontecendo, mas isso tem que ser tratado da forma mais natural possível, para que a pessoa não se sinta objeto de estudo. Quando a gente percebe que a inclusão está acontecendo, saímos de cena. Mas há um grupo de afinidade que fica à disposição para qualquer problema — completa a diretora de Inclusão e Diversidade da empresa, Aline Cintra.

A previsão é que outras quatro mulheres trans entrem na equipe de Belford Roxo em breve, conta Aline. Atualmente, a Bayer tem, ao todo, cerca de dez funcionários transgênero e mantém oito comitês de diversidade, um para cada unidade da empresa no país.

‘Se a cultura não for inclusiva, a diversidade é expulsa ou pede pra sair’

Além da sensibilização, a contratação de pessoas trans exige também um acompanhamento constante e uma transformação cultural da empresa, afirma Maite Schneider, co-fundadora da TransEmpregos, agência que reúne currículos de profissionais transgênero e divulga vagas inclusivas por todo o

Brasil.

— As [ações afirmativas](#) têm que ter um acompanhamento constante e é preciso tornar efetivamente a cultura da empresa mais inclusiva. Se você enfiar diversidade e a cultura da empresa não for inclusiva, a diversidade é expulsa ou pede para sair — afirma.

Aline Cintra, da Bayer, reforça o coro:

— A inclusão tem que ser uma postura que a empresa tem como cultura, de não admitir comportamentos preconceituosos. É preciso ter isso como um valor da organização. Tem situações em que não dá mais para ser tolerante.

A TransEmpregos mantém convênio com 347 empresas atualmente. A maior parte são multinacionais, mas cresce a procura por profissionais trans nas médias e pequenas empresas, startups e fintechs, conta Maitê. Ela revela que até mesmo ramos tidos como conservadores, como instituições financeiras, seguradoras e escritórios de advocacia têm demonstrado abertura para a inclusão de pessoas transgênero em suas equipes.

Processo seletivo precisa ser inclusivo

A co-fundadora da TransEmpregos explica que o foco não são vagas exclusivas para pessoas trans, mas inclusivas, para que elas possam ser analisadas pelo RH das empresas sem sofrer preconceitos e discriminações por conta de sua [identidade de gênero](#). A iniciativa funciona como uma ponte, para que profissionais e empresas se conectem.

Foi por meio de um convênio firmado com a TransEmpregos no ano passado que a Ecopistas, concessionária que administra rodovias no estado de São Paulo, passou a receber mais currículos de candidatos transgênero. Também em 2018 foi criado um comitê de diversidade no Grupo EcoRodovias, que controla a empresa. Antes disso, os currículos destes profissionais dificilmente apareciam nos processos seletivos.

— Existe uma dificuldade de encontrar pessoas trans qualificadas para ocupar determinadas vagas, em função de toda a exclusão vivenciada por

essas pessoas ao longo da vida. Às vezes, elas nem se candidatam a uma vaga, pois se sentem constrangidas porque não tem nome retificado nos documentos. O processo seletivo pode ser algo meio traumático. Então é importante que as empresas apontem essa receptividade ao divulgar as suas vagas — afirma a advogada Giowana Cambrone.

Ela ressalta que, embora as iniciativas de inclusão ganhem cada vez mais força, elas ainda são tímidas e muitas vezes restritas a vagas com salários mais baixos.

‘Capacidade profissional não tem gênero’

No ano passado, três profissionais trans foram contratadas pela EcoPistas. Entre elas, está Priscylla de Moura, que retornou ao mercado formal de trabalho depois de mais de duas décadas, aos 49 anos. Desde agosto, ela atua como operadora de pedágio no trecho da rodovia Ayrton Senna que é administrado pela concessionária.

Priscylla conta que teve alguns empregos com carteira assinada antes de passar por seu processo de transição. Mas, como não podia expressar sua real identidade no ambiente profissional, saiu do mercado formal e, como acontece com muitas mulheres transexuais e travestis, encontrou na prostituição uma forma de ganhar a vida.

— Eu poderia fazer uma série de coisas melhor no trabalho se pudesse ser eu mesma. Depois de um tempo, cansei de ficar fingindo. Aí fui para a noite — afirma.

No ano passado, com o apoio da Subsecretaria de Políticas da Diversidade da Prefeitura de Guarulhos, na Grande São Paulo, conseguiu fazer a prova para obter o certificado de conclusão do ensino médio, que não pode terminar na juventude, e fez a retificação dos seus documentos de identificação. Na sequência, conseguiu o novo emprego. Ela conta que a ausência do diploma e a documentação antiga eram alguns dos fatores que a mantinham fora do mercado formal, o primeiro por ser uma exigência comum das empresas; o

segundo porque temia passar por algum constrangimento por não ter o RG com o nome retificado.

— Estava buscando uma estabilidade financeira, previdência. Todos esses aspectos contam para minha felicidade. É um emprego modesto, mas ele me traz esses benefícios.

Ela comemora a recepção que tem tido no seu retorno ao mercado formal, depois de mais de 20 anos. Segundo a Ecopistas, houve sensibilização dos colaboradores para o assunto e treinamento para as equipes de recrutamento e seleção.

— Acredito que tudo está mudando para melhor. Ainda é difícil para nós, muitas ainda são marginalizadas, mas melhorou muito. A empresa me deu a oportunidade de mostrar para mim mesma que eu sou capaz. A capacidade profissional de uma pessoa não está no seu gênero — completa.

Por Leda Antunes